

Políticas públicas para a educação superior no Brasil: revisão sistemática de literatura por áreas temáticas

*Public policies for higher education in Brazil:
systematic review of the Literature by subject area*

*Políticas públicas para la educación superior en Brasil:
revisión sistemática de la literatura por áreas temáticas*

Alan de Paula Silva¹
Universidade Federal de Viçosa

Luana Ferreira dos Santos²
Universidade Federal de Viçosa

Fábio Henrique dos Anjos³
Universidade Federal de Viçosa

Resumo: O artigo objetivou compreender as principais áreas temáticas estudadas no escopo da publicação científica das políticas públicas brasileiras para a educação superior, considerando o horizonte temporal de 1996 a 2023. O estudo qualitativo aplica uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), seguindo as diretrizes da Declaração dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA) e emprega a análise de conteúdo. A análise abrange oito áreas temáticas: 1) Acesso, Inclusão e Expansão; 2) Avaliação e Qualidade; 3) Formação e Trabalho Docente; 4) Mercado de Trabalho e Inserção Profissional; 5) Internacionalização; 6) Retenção e Evasão; 7) Produção Científica e Formação de Pesquisadores; e 8) Tecnologia e Inovação. Os resultados indicam um destaque para a área de “Acesso, Inclusão e Expansão”, que apresenta o maior número de trabalhos e um crescimento significativo ao longo dos anos, especialmente entre 2013 e 2015. A área de “Avaliação e Qualidade” também se mostra relevante, com um pico de publicações em 2017 e forte interconexão com a área de acesso. Por outro lado, áreas como “Internacionalização”, “Retenção e Evasão”, “Produção Científica e Formação de Pesquisadores” e “Tecnologia e Inovação” apresentam um número reduzido de artigos e menor interconexão, sugerindo lacunas na pesquisa. São discutidos avanços e lacunas, com destaque para a necessidade de estudos futuros com metodologias mistas, visando aprofundar pesquisas sobre políticas públicas educacionais e explorar as áreas menos abordadas.

Palavras-chave: Educação Superior; Políticas Públicas; Revisão Sistemática de Literatura; Declaração dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA).

¹Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: alan.d.silva@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8223994949649237>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7657-9475>.

²Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Adjunta na Universidade Federal de Viçosa (MG, Brasil). E-mail: luana.f.santos@ufv.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2028353986904399>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3347-7740>.

³Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (MG, Brasil). E-mail: anjosfh@outlook.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8549678338827257>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7839-3313>.

Abstract: The article aims to understand the main thematic areas examined in the scientific publication scope of Brazilian public policies for higher education, considering the 1996–2023 period. This qualitative study applies a Systematic Literature Review (SLR) following the guidelines of the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) and employs content analysis. The review encompasses eight thematic areas: 1) Access, Inclusion, and Expansion; 2) Evaluation and Quality; 3) Teacher Training and Employment; 4) Labour Market and Professional Placement; 5) Internationalisation; 6) Retention and Dropout; 7) Scientific Production and Researcher Training; and 8) Technology and Innovation. The results indicate a strong emphasis on the area of “Access, Inclusion, and Expansion,” which accounts for the largest number of studies and shows significant growth over time, particularly between 2013 and 2015. The “Evaluation and Quality” area also proves to be relevant, with a peak in publications in 2017 and a strong interconnection with the access-related domain. In contrast, areas such as “Internationalisation,” “Retention and Dropout,” “Scientific Production and Researcher Training,” and “Technology and Innovation” display a limited number of articles and weaker interconnections, suggesting the existence of research gaps. The study discusses advances and gaps, emphasising the need for future studies with mixed methodologies to deepen research on educational public policies.

Keywords: Higher Education; Public Policies; Systematic Literature Review; Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA).

Resumen: El artículo tiene como objetivo comprender las principales áreas temáticas examinadas en el ámbito de las publicaciones científicas sobre políticas públicas brasileñas para la educación superior, considerando el período 1996–2023. Este estudio cualitativo aplica una Revisión Sistemática de Literatura (RSL) siguiendo las directrices de los Ítems Preferidos para Informes de Revisiones Sistemáticas y Meta-análisis (PRISMA) y emplea el análisis de contenido. La revisión abarca ocho áreas temáticas: 1) Acceso, Inclusión y Expansión; 2) Evaluación y Calidad; 3) Formación y Empleo Docente; 4) Mercado Laboral e Inserción Profesional; 5) Internacionalización; 6) Retención y Deserción; 7) Producción Científica y Formación de Investigadores; y 8) Tecnología e Innovación. Los resultados indican un marcado énfasis en el área de “Acceso, Inclusión y Expansión”, que concentra el mayor número de trabajos y presenta un crecimiento significativo a lo largo del tiempo, especialmente entre 2013 y 2015. El área de “Evaluación y Calidad” también resulta relevante, con un pico de publicaciones en 2017 y una fuerte interconexión con el área de acceso. Por otro lado, áreas como “Internacionalización”, “Retención y Deserción”, “Producción Científica y Formación de Investigadores” y “Tecnología e Innovación” presentan un número reducido de artículos y una menor interconexión, lo que sugiere la existencia de vacíos en la investigación. El estudio discute avances y lagunas, destacando la necesidad de estudios futuros con metodologías mixtas para profundizar en la investigación sobre políticas públicas educativas.

Palabras clave: Educación Superior; Políticas Públicas; Revisión Sistemática de Literatura; Ítems Preferidos para Informes de Revisiones Sistemáticas y Metaanálisis (PRISMA).

Recebido em: 13 de outubro de 2024

Aceito em: 19 de dezembro de 2025

Introdução

A literatura aponta para a revitalização de pesquisas no campo de políticas públicas, sendo que tal reconhecimento é resultado tanto de fatores econômicos que tangenciam a restrição de gastos mundialmente, quanto de perspectivas a respeito de como deve ser a atuação governamental (Souza, 2006; Dalfior, Lima & Andrade, 2015). Da mesma forma, estudos que investigam a área da educação superior têm crescido de maneira significativa. Sua relevância se dá pelo entendimento de que o ensino, especialmente ao nível terciário, tem ligação com o crescimento nacional, além de perpassar por diversas áreas, apontar lacunas e suscitar aspectos de interesse e de relevância social (Lesnieski & Trevisol, 2021).

Conforme Cançado, Barros e Barros (2021), mesmo com a relevância da educação, este foi o segmento no qual se observou a menor alocação de recursos nos últimos anos no Brasil. Portanto, é oportuno investigar, por meio de estudos sobre o tema, a agenda governamental para implementar efetivamente políticas públicas na educação superior, tornando-se crucial compreender abordagens, teorias e métodos dos trabalhos que discutem esse tema no Brasil.

Nessa direção, a presente pesquisa se orienta pelo seguinte questionamento: Como se manifestam as principais temáticas da publicação científica no âmbito das políticas públicas brasileiras para a educação superior? Diante da questão, tem-se como objetivo geral realizar uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) para compreender as principais áreas temáticas estudadas no escopo da publicação científica das políticas públicas brasileiras para a educação superior, considerando o horizonte temporal de 1996 a 2023.

O presente estudo distingue-se pela originalidade em sua condução metodológica, ao integrar os protocolos da Revisão Sistemática de Literatura (RSL), com base na declaração dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (Prisma, 2020), ao modelo de análise de conteúdo de Bardin (2016). Neste sentido, se diferencia de estudos que realizaram levantamentos teóricos contemplando as fases do ciclo de políticas públicas no campo do ensino superior no Brasil, como por exemplo o estudo de Lesnieski e Trevisol (2021), que investigou os tópicos mais debatidos na área de educação superior, apresentando um panorama das publicações acadêmicas no período de 2017 a 2020.

A seguir, apresenta-se um embasamento teórico sobre políticas públicas e educação superior. Os procedimentos metodológicos detalham os critérios aplicados para a seleção dos artigos analisados. Os resultados e discussão apresentam as principais constatações em relação às áreas temáticas, e como alguns temas se relacionam entre si. As considerações finais sumarizam as proposições de estudos futuros.

Políticas públicas e educação superior

Para Secchi (2013), política pública pode ser entendida como uma pauta ou orientação que objetiva abordar questões de interesse público. Ademais, Souza (2006) destaca que a política pública é um processo extenso e que envolve atores como o governo e a sociedade civil. O surgimento das políticas públicas é dado a partir dos direitos entendidos como fundamentais para os seres humanos.

Partindo do pressuposto da educação como um direito, Azevedo e Aguiar (2001), definem que políticas públicas educacionais podem ser entendidas como ações governamentais em âmbito social que pretendem direcionar e melhorar o sistema de ensino em suas mais diversas modalidades. Nesse sentido, os atores envolvidos nesse processo buscam garantir, dentre outros direitos, o acesso, a inclusão, a permanência e a redução de desigualdades por meio do controle e melhorias do sistema educacional (Azevedo & Aguiar, 2001; Stremel & Mainardes, 2018).

Conforme o artigo 265 da Constituição Federal de 1988, a educação superior no Brasil é um direito social, sendo oferecida e incentivada com a cooperação da sociedade e sob a responsabilidade do Estado e da família (Brasil, 1988). Nesse contexto, visando regulamentar a política educacional, foi promulgada em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que apresenta orientações para os diversos níveis de educação no país, além de reiterar a importância dessa categoria no sistema educacional brasileiro (Brasil, 1996). Sendo assim:

A LDB, entendida como lei complementar que regulamenta as diretrizes e bases para a educação nacional, foi promulgada sob a égide da Constituição Federal de 1988, que trouxe consigo um conjunto de dispositivos no capítulo da educação, destacando-se a gratuidade no ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da escola pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária, a autonomia das universidades, entre outros, e foi precedida por edição de leis, de decretos e de portarias que a nortearam [...] (Dourado, 2002, p. 241-242).

Considerando a importância da educação superior no desenvolvimento e na economia de um país, além de sua natureza como política pública e direito social, é essencial analisar os estudos existentes para identificar áreas pouco exploradas. A Constituição Federal de 1988 estabelece ao Estado a necessidade de garantir acesso à educação, observando a inclusão, a permanência e a redução de desigualdades. Portanto, à sociedade e às famílias, cabe a responsabilidade de assegurar que esses direitos sejam efetivamente cumpridos. Isso inclui a implementação de políticas públicas que promovam

a igualdade de oportunidades e a melhoria contínua do sistema educacional (Stremel & Mainardes, 2018). Notadamente, a educação superior tem sido amplamente discutida na literatura brasileira, com destaque para a redução contínua de recursos destinados a essa área (Lusa, Martinelli, Moraes & Almeida, 2019; Souza, 2006).

O processo de expansão do ensino superior no Brasil foi marcado por políticas públicas que buscaram ampliar o acesso a esse nível de ensino, especialmente para grupos historicamente excluídos (Rosa & Martins, 2021; Carneiro & Bridi, 2020; Pires & Wargas, 2018; Schlesener & Pereira, 2016; Almeida & Enrica, 2015; Colares; Ferreira & Colares, 2017; Santos & Freitas, 2014)). Ademais, as políticas públicas relacionadas à avaliação e à qualidade também têm apresentado relevância para a área da educação superior brasileira. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela LDB de 1996, é entendido como uma das principais ferramentas que visam assegurar a qualidade do ensino superior (Neto, Medeiros & Catani, 2020; Real, 2009).

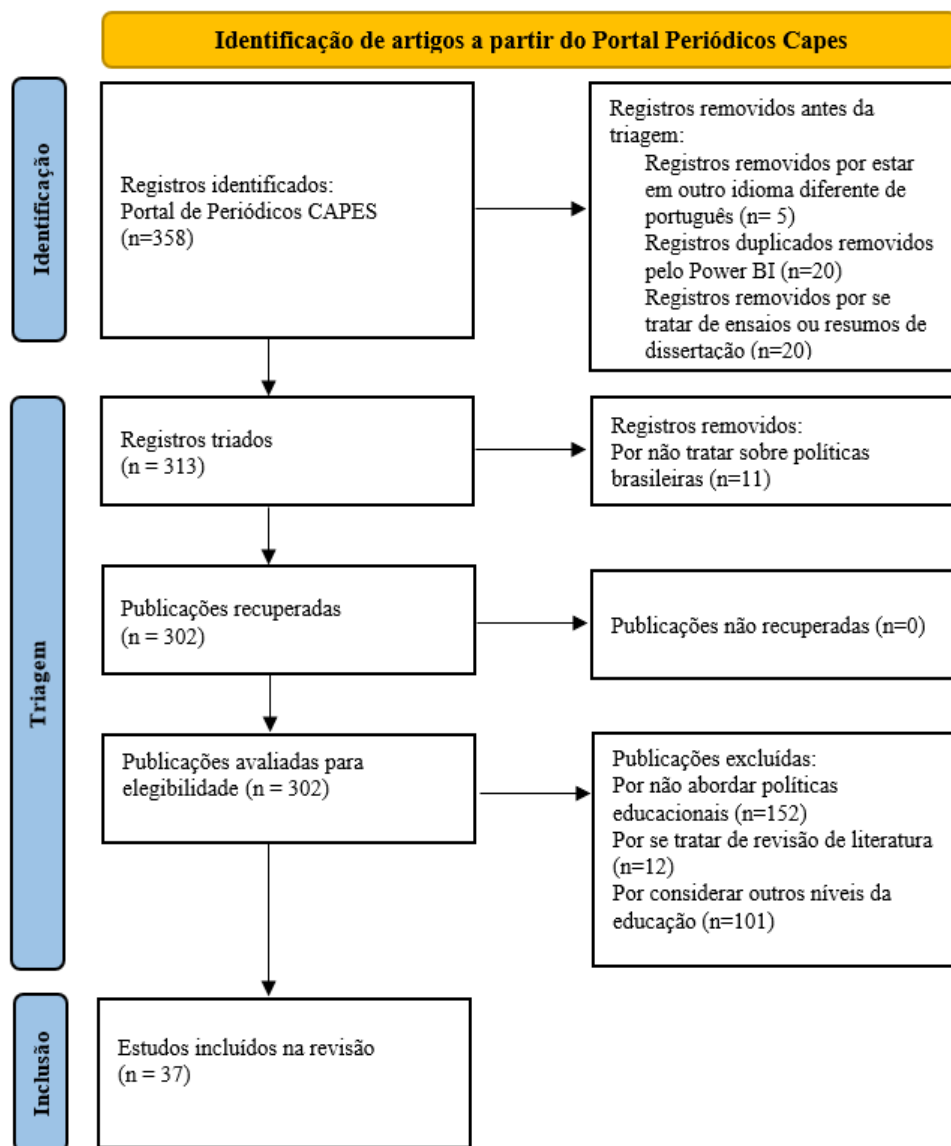
O SINAES estimula as Instituições de Ensino Superior (IES) a buscar por qualidade em suas atividades, sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão (Catani & Oliveira, 2002). Simultaneamente, as políticas públicas de inclusão e de expansão do acesso ao ensino superior ainda apresentam relevância na garantia do acesso de pessoas historicamente excluídas (Rosa & Martins, 2021; Carneiro & Bridi, 2020). Em paralelo, a internacionalização de instituições de ensino superior tornou-se uma das prioridades das políticas públicas educacionais, haja vista sua relevância em fatores econômicos e de competitividade, além da contribuição para o avanço da inovação no ensino superior e desenvolvimento acadêmico (Miranda; Stallivieri, 2017). Esses esforços expressam a tentativa de redução das desigualdades e garantia de um ensino superior de qualidade, com profissionais qualificados e que permita a inclusão de coletivos historicamente negligenciados.

Aspectos metodológicos

O estudo possui uma abordagem qualitativa, sendo a RSL baseada na declaração dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (Prisma, 2020), que consiste na utilização de métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar os resultados dos estudos que abordam uma questão claramente formulada (Page et al., 2022). Em busca de identificar as publicações científicas que atendessem à questão norteadora e ao objetivo da pesquisa, apresentados na introdução, foram definidos filtros incluídos na base de dados no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O fluxograma da Figura 1 sumariza esses critérios aplicados para a execução da RSL, conforme etapas da declaração Prisma.

Figura 1 – Aplicação do fluxograma das etapas da declaração Prisma (2020)



Fonte: Elaboração própria com base em Page et al. (2022).

Ressalta-se que foi feita uma adaptação da declaração Prisma (2020), uma vez que a técnica consiste na aplicação de 27 etapas a serem seguidas para a construção de uma revisão sistemática consistente, no que diz respeito a aspectos textuais e estruturais (Page et al., 2022). Como observado no fluxograma da Figura 1, na etapa de identificação, foram alcançados 358 artigos. Tais materiais foram exportados para o “Power BI”, onde foram examinados e removidos 20 arquivos duplicados.

Dando seguimento aos critérios de remoção, foram retirados cinco artigos que estavam em outras línguas; dois por serem resumo de dissertação de mestrado; seis resumos expandidos; dois ensaios e dez resumos. Após a primeira etapa, 313 registros entraram na etapa de triagem, onde foram extraídos os títulos e objetivos dos artigos para uma planilha criada no *Software Google Sheets*. A partir da sumarização, permitiu-se entender as particularidades dos trabalhos, o que culminou em mais remoções.

Mais especificamente, foram retirados 11 artigos que não tratavam sobre políticas brasileiras, mas internacionais, saindo do escopo da análise, chegando assim a 302 publicações recuperadas. Após leitura aprofundada e a extração dos dados dos artigos, foram removidos também 152 artigos que não abordavam políticas educacionais para a educação superior. Foram identificados 101 artigos que tratavam sobre Educação de Jovens e Adultos, ensino médio, educação profissionalizante e Educação Infantil. Além disso, foram excluídas 12 revisões de literatura, totalizando assim 320 remoções e 37 artigos incluídos nesta RSL.

Quanto ao método de análise empregado, o estudo fundamentou-se na análise de conteúdo, sendo um instrumento metodológico que sustenta a intenção do investigador em extrair o potencial inédito em qualquer mensagem (Bardin, 2016). Ainda nesse aspecto, Bardin (2016) evidencia três etapas principais do processo de análise de conteúdo, sendo elas a pré-análise, a exploração dos documentos e o tratamento dos resultados.

Na pesquisa, a etapa de pré-análise pode ser observada na definição de categorias para a criação de áreas temáticas a partir de uma leitura flutuante dos resumos e conclusões dos artigos. O segundo passo consiste na separação do conteúdo a partir das definições presentes na primeira, além da condução de uma análise dos materiais em grupos, buscando examinar suas especificidades. A terceira etapa apresenta as interpretações realizadas após as anteriores, geralmente por meio de representações gráficas. Nesse estágio, é possível fazer a identificação de padrões e tendências ou mesmo apresentar os resultados via estatísticas que demonstram a frequência de vezes que um tema está presente nas obras (Bardin, 2016).

Nesse sentido, buscando analisar os artigos selecionados, foi utilizado o *software MAXQDA Analytics Pro – Versão 2024*. Após a exportação para o *software*, a aplicação da análise de conteúdo permitiu a codificação de segmentos textuais dos artigos, sendo os dados dessas codificações exportados para o *software Microsoft Excel*. Foi criada uma planilha com os seguintes dados: número de identificação do artigo; número de segmentos codificados e número de codificações de cada artigo dentre as áreas temáticas, apresentadas no próximo capítulo.

Resultados e Discussão

O presente capítulo pretende fazer a análise dos dados encontrados após a aplicação da metodologia de análise de conteúdo nos artigos incluídos na RSL. Os artigos foram divididos em oito áreas temáticas com critérios para enquadramento, relacionados no Quadro 2.

Quadro 2 - Áreas temáticas e critérios para enquadramento

Áreas Temáticas	Critérios para enquadramento	N.º de artigos
Acesso; inclusão e expansão	Análise de políticas públicas de expansão do acesso à educação superior, seja por meio de ações afirmativas ou aumento no número de vagas em geral para ingresso e trabalhos que discorrem sobre o aumento da diversidade em espaços acadêmicos.	19
Avaliação e qualidade	Investigações sobre as políticas de análise da qualidade do ensino; desempenho docente e as consequências das transformações da educação superior ao longo dos anos.	6
Formação e trabalho docente	Investigações sobre condições de trabalho e possibilidades de aperfeiçoamento aos docentes e análise de como as políticas de formação de professores são implementadas e de sua eficácia.	5
Mercado de trabalho e inserção profissional	Relação entre mobilidade social com as políticas educacionais de acesso, inclusão e permanência; além de discorrer sobre questões trabalhistas em termos de oportunidades e empregabilidade após conclusão do ensino superior.	3
Internacionalização	Estudos que abordam políticas educacionais de internacionalização do ensino e a troca de aprendizados entre universidades nacionais e internacionais.	1
Retenção e evasão	Investigação de políticas educacionais que visam a garantia de que os estudantes concluem o ensino superior no prazo determinado, além de analisar quais os fatores determinantes de retenção e evasão e o papel das políticas educacionais nessa questão.	1
Produção científica e formação de pesquisadores	Trabalhos que analisam as políticas de estímulo à produção de material científico em âmbito acadêmico.	1
Tecnologia e inovação	Estudos que analisam o impacto de políticas públicas educacionais voltadas para implantação de ferramentas e metodologias inovadoras.	1

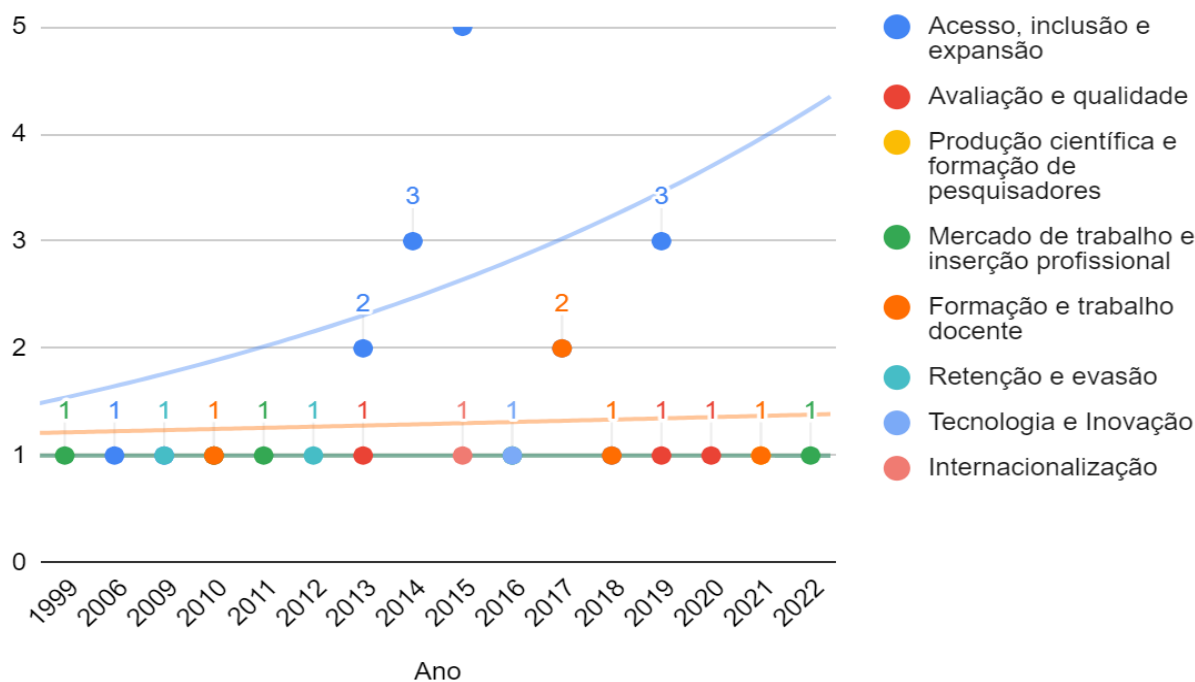
Fonte: Elaboração própria com o apoio do *software Excel*. Resultados da pesquisa, 2024.

Como evidenciado, após análise dos artigos com o apoio do *software MAXQDA*, foram criadas oito áreas temáticas, apresentadas no Quadro 2. Ao analisar os dados, nota-se um destaque para a área temática intitulada “acesso, inclusão e expansão” que possui o maior número de trabalhos. Isso significa que os estudos presentes na RSL têm um foco significativo nessa área.

A primeira análise descritiva aborda a evolução do número de publicações em cada área temática ao longo dos anos (Figura 2), sendo possível observar o crescimento de certas áreas em detrimento de outras. A área de “acesso, inclusão e expansão” apresenta um crescimento significativo, especialmente nos anos de 2013, 2014 e 2015. Embora o número de artigos tenha

diminuído em um momento posterior, há um rápido crescimento dessa área temática quando comparada às demais. Outra área temática com evolução notável é a de “avaliação e qualidade”, que teve um pico em 2017. As demais áreas temáticas mantiveram números constantes de publicações durante o período analisado.

Figura 2 - Evolução das áreas temáticas em relação ao ano de publicação

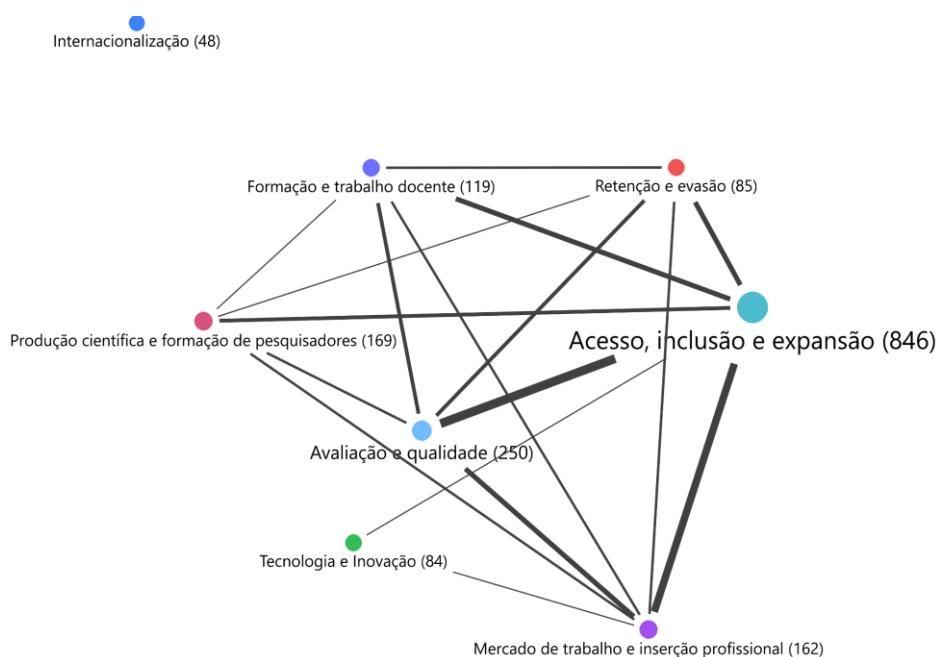


Fonte: Elaboração própria com o apoio do software Excel. Resultados da pesquisa, 2024.

Conforme Bardin (2016), é possível aplicar mais de uma codificação em um documento, a fim de observar e analisar a complexidade dos materiais, enriquecendo a compreensão dos resultados. Ao examinar políticas educacionais especificamente, essa co-ocorrência de códigos pode ser interessante, considerando a complexidade dos fenômenos e a interligação entre diversas áreas.

Nesse sentido, foram aplicados mais de um código em todas as pesquisas. Os artigos permaneceram na área temática mais recorrente; todavia, esse movimento não exclui a análise das conexões formadas entre as áreas. A Figura 3 apresenta o mapa de códigos elaborado no MAXQDA. Essa ferramenta visual permite analisar qual código foi utilizado mais vezes nos textos analisados, além de mostrar quantas vezes os códigos se relacionam entre si e qual a densidade dos temas prevalentes na área de análise do presente estudo.

Figura 3 - Mapa de códigos



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados segmentados no MAXQDA.

É possível observar que a área temática com mais ocorrências e relações é a de “acesso, inclusão e expansão”, resultado já esperado, considerando que essa área possui o maior número de artigos publicados. A área de “avaliação e qualidade” também é relevante, não apresentando conexões somente com a área de “internacionalização”. No mapa de códigos, é possível observar que algumas linhas de conexão apresentam maior largura em comparação a outras, significando a maior co-ocorrência dos códigos interligados dentre os artigos da RS. Observa-se também que a área de “internacionalização” é a única que não se relaciona diretamente com nenhuma outra, haja vista que os segmentos codificados no artigo desta área dizem respeito somente a ela.

A análise evidencia o crescimento dos trabalhos que tratam sobre políticas públicas para a educação superior, o que corrobora com os expostos pelos autores Lesnieski e Trevisol (2021), especialmente para a área temática de “acesso, inclusão e expansão”. Isso está relacionado ao crescente interesse acadêmico em políticas públicas educacionais que visam aumentar a inclusão e permanência de estudantes no ensino superior. Por outro lado, ao apresentar a interconexão entre as áreas temáticas criadas e a existência de um número maior de conexões entre as temáticas de “acesso, inclusão e expansão” e “avaliação e qualidade”, é possível notar que as publicações integram conceitos e políticas públicas que tratam sobre a relação da inclusão com a qualidade do ensino superior.

Dessa forma, a análise dos artigos, por meio das Figuras 2 e 3, indica as principais áreas temáticas estudadas no escopo do estudo, além de examinar a evolução longitudinal de publicações relacionadas a políticas públicas para a educação superior. O panorama aponta maior interconexão entre as duas áreas supracitadas, o que confirma quais áreas têm recebido maior atenção acadêmica em detrimento de outras, suscitando a necessidade de estudos futuros nas áreas temáticas que apresentam poucos artigos e se relacionam com menor frequência entre si.

A área de “acesso, inclusão e expansão”, com 19 artigos, discute em sua centralidade a expansão do ensino superior no país. Nesse sentido, é possível observar a recorrência de estudos que tratam do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foram iniciativas importantes no escopo da ampliação do acesso, promovendo a expansão de vagas tanto no setor público quanto no setor privado (Mello Neto, Medeiros & Catani, 2014; Zumblick, Giusti Pachane & Melo Vitorino, 2015).

Apesar desses avanços, a democratização do acesso ao ensino superior enfrenta desafios, uma vez que fatores como renda familiar, tipo de escola cursada no ensino médio, cor/raça/etnia e escolaridade dos pais ainda influenciam significativamente nas chances de escolha, ingresso e permanência nos cursos (Almeida & Ernica, 2015). A área temática também apresenta aspectos relacionados à política de cotas, instituída pela Lei n.º 12.711/2012, cujo objetivo consiste em ampliar as oportunidades de acesso às universidades públicas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros, pardos e indígenas.

Rosa e Martins (2021), Carneiro e Bridi (2020), Wainer e Melguizo (2018), Pires e Wargas (2018) ressaltam que, além do acesso, a permanência estudantil, principalmente daqueles abrangidos pela Lei de cotas para acesso ao ensino superior, também é um desafio. Nesse sentido, mencionam programas de assistência estudantil, como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que visam minimizar os efeitos das desigualdades sociais, contribuindo para a redução das taxas de retenção e evasão, ressaltando que os recursos destinados a essas políticas públicas ainda são insuficientes diante da expansão do número de ingressantes (Rosa & Martins, 2021; Carneiro & Bridi, 2020; Wainer & Melguizo, 2018; Pires & Wargas, 2018).

Os estudos de Rosa e Marins (2020), Pires e Wargas (2018), Schlesener e Pereira (2016) convergem para a ideia de que a democratização do ensino superior no Brasil requer a ampliação do acesso e a implementação de ações que garantam a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes, de modo a promover a inclusão social e reduzir as desigualdades. Uma crítica feita por Carneiro e Bridi (2020) se refere à desproporcionalidade do número de alunos em relação ao de professores e técnicos administrativos para receber e atender às demandas causadas pela expansão do número de matrículas.

Além disso, é possível observar que os autores Almeida e Ernica (2015) e Colares, Ferreira e Colares (2015) concordam que aumentar o número de vagas disponíveis no ensino superior não é suficiente para mensurar a democratização do ensino. No entanto, são frequentes estudos que avaliam somente dados relacionados ao número de matrículas após a implementação de uma política pública específica de expansão do acesso. Colares, Ferreira e Colares (2015) argumentam que pesquisas futuras devem considerar outros aspectos além dos quantitativos, como a análise das qualificações acadêmicas medidas pelo impacto social de longo prazo em fatores como o Índice de Desenvolvimento Humano. Com base nos dados da pesquisa, não foram observados artigos que considerassem essas questões.

Os seis artigos da área de “avaliação e qualidade” discutem como a avaliação do ensino superior brasileiro ganhou centralidade nas reformas e políticas educacionais. Um dos programas mais mencionados foi o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cujo objetivo é avaliar instituições, cursos e desempenho acadêmico dos estudantes para garantir a qualidade do ensino superior (Neto, Medeiros & Catani, 2020; Real, 2009). Apesar dos avanços observados, como a cultura avaliativa, o SINAES também apresenta aspectos problemáticos, como a ênfase na competitividade e a forma como as instituições são classificadas. Ademais, os mecanismos de avaliação não têm conseguido limitar a expansão de instituições privadas de qualidade entendida como duvidosa (Assis & Oliveira, 2013).

Em relação à avaliação discente, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é o instrumento mais citado, mas seu uso exclusivo para mensurar a qualidade da educação é criticado por estudos como o de Oliveira, Soares, Cunha, Menegaz & Silva (2022), que mostram que fatores socioeconômicos, estruturais e organizacionais influenciam o desempenho dos alunos no ENADE.

No que se refere à política de assistência estudantil, o estudo de Macedo e Abranches (2019) destaca a percepção dos alunos de graduação que a consideram essencial para a sua permanência na universidade, mas apontam fragilidades, como a ausência de ações que os auxiliem em seu desempenho acadêmico.

Há prevalência na utilização de dados do ENADE e do Exame Nacional de Cursos - ENC ou Provão nos estudos dessa área (Assis & Oliveira, 2013; Real, 2009) relacionados a análises documentais, resultando em análises limitadas a esses programas, restringindo perspectivas de diferentes fontes de dados. Vale destacar o trabalho de Macedo e Abranches (2019), que discute o auxílio para a melhoria das políticas educacionais brasileiras, mas apresenta um instrumento específico de uma Universidade. O trabalho pode ser replicado para outras universidades, mas não permite uma visão ampla das políticas públicas educacionais.

Ao limitar as entrevistas ao público estudantil, desconsideram outros autores que influenciam e interagem com o instrumento analisado, ponto recorrente em estudos da área temática de “avaliação e qualidade”, observado em estudos como os de Assis e Oliveira (2013) e Real (2009). Nesse sentido, a seleção do grupo de alunos pode influenciar e enviesar os resultados do estudo. Macedo e Abranches (2019), entretanto, ressaltam que os estudantes que recebem auxílio estudantil na Universidade estudada estão em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar abaixo do estipulado pelo PNAES.

Ademais, Real (2009) ressalta que as instituições têm buscado obter avaliações positivas em mecanismos de avaliação educacional que demonstrem a qualidade dos serviços prestados, o que significa que, no período próximo à avaliação, os pontos são modificados para garantir que a nota dada às instituições seja a máxima, fato que proporciona o que o autor chama de qualidade formal em detrimento da qualidade real (Real, 2009, p. 582), sendo a qualidade formal os indicadores presentes nas avaliações e a qualidade real aquela efetivamente vivenciada durante o processo de ensino e aprendizagem.

Em relação à área temática “formação e trabalho docente”, foram analisados cinco estudos, que discutem se o tema é uma preocupação atual, tendo em vista que muitos deles não possuem o conhecimento didático-pedagógico necessário para atuar efetivamente com seus alunos (Pereira, 1999; Giaretta, Santos, Montagner, Souza & Massimino, 2016). Em outro aspecto, Mantovani e Canan (2015) abordam que, embora muitos professores universitários tenham mestrado e doutorado, a legislação não exige formação específica para a docência nesse nível de ensino.

Além do que foi explicitado, uma observação recorrente nos estudos incluídos é como a LDB transferiu a responsabilidade pela formação pedagógica de seus professores para as próprias instituições de ensino superior. Essa observação fica mais evidente nos trabalhos de Giaretta et al. (2016) e Mantovani e Canan (2015), que destacam que muitos professores não recebem uma preparação didática adequada, comprometendo a qualidade do ensino. Nesse contexto, há uma demanda crescente por ações de educação continuada na área pedagógico-didática, para melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil. Algumas instituições têm implementado programas de qualificação de professores para suprir deficiências nas suas formações pedagógicas, conforme explicam Mantovani e Canan (2015).

Pereira (1999) reflete sobre as políticas públicas relacionadas à formação de professores por meio da análise da LDB, apontando a inexistência de um plano de carreira docente e da precarização do trabalho dos profissionais da educação. Ainda que haja um viés na interpretação e seleção dos documentos, o trabalho é relevante, principalmente pela complexidade existente no arcabouço teórico sobre a formação de professores. Entende-se que,

anos após a publicação do estudo, foram elaboradas políticas públicas que tratam da formação de professores e do plano de carreira dos professores, como o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído em 2014 (Monteiro et al., 2022).

Os três textos da área “mercado de trabalho e inserção profissional” discutem a relação entre educação superior e mercado de trabalho no Brasil. Vale destacar que, historicamente, as universidades foram pressionadas a atender às demandas do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho, com foco na formação de trabalhadores qualificados (Almeida & Silva, 2006; Costa & Nogueira, 2014; Aguiar, 2010). Uma observação recorrente diz respeito ao fortalecimento dessa perspectiva a partir da década de 1960, dada a expansão do ensino superior que visava atender à necessidade de capital humano especializado para a economia em transformação (Aguiar, 2010; Costa & Nogueira, 2014).

Nesse contexto, as políticas educacionais passaram a ter caráter economicista, pautadas na Teoria do Capital Humano, que concebe a educação como um investimento individual com retorno futuro. Isso levou à massificação do ensino superior, com a expansão da rede privada, em detrimento da qualidade do ensino, ponto debatido em outras áreas temáticas, como avaliação e qualidade.

Outra discussão recorrente aborda como o ensino superior tem se alinhado cada vez mais aos interesses do mercado, com a flexibilização dos currículos e a criação de cursos voltados para as demandas empresariais. Assim, Costa e Nogueira (2014) defendem a ideia de que o diploma universitário vem perdendo seu valor simbólico, tornando-se apenas um requisito para o ingresso no mercado de trabalho.

Na área “internacionalização”, para Miranda e Stallivieri (2017), a discussão sobre o tema, principalmente voltada para o ensino superior, é cada vez mais recorrente no Brasil e no mundo, sendo considerada uma das forças que mais impactam e definem o ensino superior na atualidade. Os autores reforçam a necessidade de construção de uma política pública de internacionalização do ensino superior brasileiro, que envolva os principais atores (instituições de ensino superior, governo e empresas) e defina as principais linhas de atuação.

Embora alguns documentos governamentais brasileiros abordem a internacionalização, não há um documento claro que consolide uma política pública estruturada nessa área. Além disso, programas como o Ciências sem Fronteiras precisam ser aprimorados para gerar maior impacto e a necessidade de definir critérios como identidade, institucionalidade, visibilidade, referência e sustentabilidade, além de incorporar uma dinâmica de mensuração e avaliação contínuas (Miranda & Stallivieri, 2017).

O artigo enquadrado na área “produção científica e formação de pesquisadores” tem enfoque em pesquisas sobre aspectos relacionados à Iniciação Científica (IC), considerando-a

como uma atividade estratégica para a formação de pesquisadores no Brasil, com a justificativa de proporcionar aos alunos de graduação o contato direto com a pesquisa científica, sob a orientação de pesquisadores qualificados (Pinho, 2017).

Segundo Pinho (2017), apesar dos benefícios da IC, ela ainda atinge uma pequena parcela dos alunos, exigindo maior comprometimento das instituições para ampliar essa oportunidade. Além disso, a pesquisa de graduação enfrenta desafios relacionados à mercantilização do conhecimento e à predominância de interesses privados na produção científica, em detrimento de sua função social.

Em relação à “área retenção e evasão”, Araújo, Mariano e Oliveira (2021) concordam sobre a existência de fatores internos e externos à instituição que determinam a retenção estudantil, exemplificando dificuldades financeiras, falta de suporte acadêmico e problemas com disciplinas e metodologias. Além disso, ressaltam a importância de políticas institucionais que promovam o acompanhamento e o suporte aos estudantes, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, dado seu papel fundamental na redução da retenção e evasão. Entre os pontos mais citados, há menção recorrente ao PNAES, que visa contribuir para a igualdade de oportunidades e melhoria do desempenho acadêmico, por meio de ações como auxílio com moradia, alimentação, transporte e inclusão digital para estudantes em situação de vulnerabilidade (Araújo, Mariano & Oliveira, 2021).

A área “temática tecnologia e inovação” tem seu enfoque em discutir sobre os resultados da avaliação do Programa de Formação Interdisciplinar (ProFIS) em uma Universidade. Nesse sentido, Pereira, Carneiro e Gonçalves (2015) explicitam como o ProFIS está estruturado, bem como a representação dele como uma inovação no ensino superior brasileiro, constatada a sua interdisciplinaridade e o sistema de avaliação desenvolvido, que acompanha os resultados dos estudantes desde o ingresso até a inserção profissional.

O artigo relata que professores indicam o ProFIS adequado para o desenvolvimento de habilidades sociocomportamentais e alunos também avaliam o programa positivamente, no que diz respeito a desenvolver uma formação para uma atuação profissional rica em conhecimentos científicos, que se preocupe com questões de cunho social e tenha valores éticos. Os autores concordam que o ProFIS tem atendido aos objetivos propostos, mas explicitam que existem desafios a serem enfrentados, principalmente em relação à integração entre as disciplinas ofertadas (Pereira, Carneiro & Gonçalves (2015).

Para complementar a análise das áreas temáticas, os resultados indicaram determinados apontamentos sobre possíveis agendas de pesquisas futuras, conforme detalhado no Quadro 3.

Quadro 3 – Agendas de pesquisas por área temática

Agendas de pesquisas por áreas temáticas	Principais estudos que basearam as sugestões
Acesso, inclusão e expansão: Análise das qualificações acadêmicas medidas pelo impacto social de longo prazo em fatores como o índice de desenvolvimento humano. Com base nos dados da pesquisa, não foram observados artigos que considerassem essas questões. Aplicação de metodologias mistas, utilizando ferramentas quantitativas como análise estatística de dados e ferramentas qualitativas como estudos etnográficos e análise de grupos focais considerando as experiências de pessoas diretamente afetadas por políticas de acesso, inclusão e permanência.	Colares; Ferreira & Colares (2015); Rosa & Martins (2020); Carneiro & Bridi (2020); Pires & Vargas (2018); Schlesener & Pereira (2016); Almeida & Ernica (2015); Mello Neto, Medeiros & Catani (2014); Santos & Freitas (2014).
Avaliação e qualidade: Analisar os dados de avaliação em conjunto com outros. Pesquisas que abordem o impacto das políticas de avaliação nas questões psicossociais dos alunos. Análise dos impactos das políticas de avaliação e qualidade nos atores envolvidos, como professores e alunos. Pesquisas cujo objetivo seja analisar se os estudantes contemplados por auxílios estudantis se encontram em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e se este é um padrão entre os estudantes que recebem algum tipo de auxílio estudantil.	Macedo & Abranches (2019); Assis & Oliveira (2013); Oliveira, Soares, Silva, Cunha, Menegaz & Silva (2022); Real (2009).
Formação e trabalho docente: Pesquisas que investiguem sobre como as IES trabalham a qualificação de seu corpo docente.	Zumblick, Giusti Pachane & Melo Vitorino (2015); Giaretta, et al., (2016); Mantovani & Canan (2015).
Mercado de trabalho e inserção profissional: Pesquisas que analisem se diplomas acadêmicos vêm perdendo seu valor simbólico, tornando-se apenas um requisito para o ingresso no mercado de trabalho. Pesquisas que considerem dados primários. Estudos longitudinais analisando a trajetória profissional dos egressos.	Costa; Nogueira (2014); Almeida & Silva (2006); Costa & Nogueira (2015).
Internacionalização: Pesquisas que tenham o objetivo de analisar políticas educacionais relacionadas à internacionalização. Investigações que analisem o caminho percorrido por estudantes que participaram de alguns dos programas e planos que incentivam a internacionalização, buscando dados sobre empregabilidade e impacto da internacionalização em publicações e redes de colaboração internacional.	Miranda & Stallivieri (2017).
Retenção e evasão: Aplicação de abordagens qualitativas e mistas.	Araujo, Mariano & Oliveira (2021).
Produção científica e formação de pesquisadores: Trabalhos que abordam redes de colaboração, visando analisar se e como as redes influenciam os números da pesquisa e da produção científica.	Pinho (2017).
Tecnologia e Inovação: Investigação das dificuldades de integração entre as disciplinas e possíveis soluções. Trabalhos que acompanhem os estudantes após a conclusão do ProFIS, principalmente em relação à inserção profissional. Análises longitudinais do ProFIS para avaliar o impacto do programa na formação e inserção profissional dos alunos.	Pereira, Carneiro & Gonçalves (2015).

Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

O panorama das áreas temáticas destaca que algumas áreas demonstram maior crescimento, mais especificamente as pesquisas relacionadas ao acesso, inclusão e expansão e

às pesquisas relacionadas à avaliação e qualidade. Além disso, é possível observar como as áreas temáticas se relacionam entre si, por meio de uma análise de co-ocorrência. Esses resultados apresentam as relações existentes entre as áreas e quantas vezes cada uma se relaciona com as demais, destacando que a única área que não se relaciona com nenhuma outra é a de internacionalização.

O estudo analisa as áreas temáticas, explicitando os avanços significativos, lacunas existentes e agendas para pesquisas futuras. Considerando propor uma agenda de pesquisa em temáticas no campo da educação no Brasil, de maneira geral e partindo dos dados relacionados à evolução das áreas temáticas identificadas no estudo, uma agenda de pesquisa futura pode ter o objetivo de acompanhar essa evolução, buscando prever crescimentos e declínios. Por exemplo, pode-se investigar se as alterações recentes no PNE influenciam a produção acadêmica.

Além disso, outros estudos podem analisar a rede de pesquisadores e instituições das áreas temáticas, acompanhando a evolução das pesquisas em cada área. Essa movimentação pode revelar padrões de colaboração em pesquisas. Outra possibilidade é a análise da influência de aspectos socioeconômicos nas produções acadêmicas, buscando entender se crises econômicas ou mudanças sociodemográficas influenciam o número de pesquisas ao longo dos anos em cada área temática. Ainda nesse sentido, pesquisas futuras podem se concentrar em investigações que comparam a evolução dos trabalhos brasileiros e internacionais, analisando como fatores regionais, geopolíticos ou culturais influenciam a produção científica de cada área.

Em suma, a presente RSL aponta para a necessidade de abordagens mistas (qualitativas e quantitativas) diversificadas nos estudos, que tenham como objetivo central discutir o papel das políticas públicas aplicadas ao contexto do ensino superior. As possíveis agendas elencadas visam diminuir as lacunas existentes na área, em busca de compreender melhor sobre as políticas educacionais, as consequências decorrentes delas para a sociedade e a avaliação dos seus resultados e impactos.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pelo apoio financeiro.

Referências

ALMEIDA, A. M. F.; ERNICA, M. *Inclusão e segmentação social no ensino superior público no estado de São Paulo (1990-2012)*. Educação & Sociedade, v. 36, n. 130, p. 63-83, 2015.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/RzZ7SRCw4Vb5XmNwbNgFLpw/abstract/?lang=pt>.
Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015139672>.

ALMEIDA, M. L. P.; SILVA, P. M. *Política educacional, ensino superior público & pesquisa acadêmica: um jogo de xadrez encassinado*. Revista Espaço Pedagógico, v. 13, n. esp., p. 66-76, 2006. Acesso em 10 fev. 2026.

ARAUJO, A. C. P. L.; MARIANO, F. Z.; OLIVEIRA, C. S. *Determinantes acadêmicos da retenção no ensino superior*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 29, n. 113, p. 1045-1066, 2021. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902255>.

ASSIS, L. M.; OLIVEIRA, J. F. *A avaliação da educação superior no contexto das reformas e políticas educacionais*. Linhas Críticas, v. 19, n. 38, p. 51-69, 2013. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v19i38.4085>.

AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. *Políticas de educação: concepções e programas*. In: O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997. Brasília: ANPAE; Campinas: Autores Associados, 2001.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CANÇADO, A. C.; BARROS, F. S.; BARROS, F. S. *Políticas públicas no Brasil: revisão sistemática da literatura*. Revista Observatório, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2021. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2021v7n1a14pt>.

CARNEIRO, L. A. V.; BRIDI, F. R. S. *Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 15, n. 1, p. 146-158, 2020. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://10.21723/riace.v15i1.12059>.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. *Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

COLARES, A. A.; FERREIRA, M. A. V.; COLARES, M. L. I. S. *Ensino superior na Amazônia: cooperação interinstitucional e a formação de uma escola de pensamento*. Práxis Educacional, v. 13, n. 25, p. 273, 2017. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://10.22481/praxis.v13i25.964>.

COSTA, C. R. A.; NOGUEIRA, J. M. *Ensino superior: instrumento de mobilidade econômica? Lições da experiência de alternativas de acesso da UNB*. Revista Gestão Universitária na América Latina, v. 8, n. 4, p. 77-100, 2015. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2015v8n4p77>.

DALFIOR, E. T.; LIMA, R. C. D.; ANDRADE, M. A. C. *Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional*. Saúde em Debate, v. 39, n. esp., p. 283-297, 2015. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.2015S005316>.

DOURADO, L. F. *Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90*. Educação & Sociedade, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000012>.

GIARETA, P. F. et al. *A pedagogia universitária e a formação inicial do pedagogo em Três Lagoas – MS: resultados locais da política brasileira de expansão do ensino superior*. Revista Internacional de Educação Superior, v. 2, n. 2, p. 311-327, 2016. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.22348/riesup.v2i2.7608>.

LESNIESKI, M. S.; TREVISOL, M. G. *Estado do conhecimento da educação superior no Brasil: temas e questões (2017-2020)*. Revista Internacional de Educação Superior, v. 7, 2021. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8665113>.

LUSA, M. G. et al. *A universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos*. Revista Katálysis, v. 22, n. 3, p. 536-547, 2019. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p536>.

MACEDO, J. C.; ABRANCHES, A. F. P. S. *Política educacional no ensino superior: reflexões sobre a contribuição da assistência estudantil da UFRPE*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, n. 3, p. 916, 2019. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.94078>.

MANTOVANI, I. C. A.; CANAN, S. R. *Política de formação para professores do ensino superior e qualidade de ensino: um estudo sobre o Programa Pedagogia Universitária*. Revista Internacional de Educação Superior, v. 1, n. 2, p. 136-148, 2015. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.22348/riesup.v1i2.7427>.

MELLO NETO, R. D.; MEDEIROS, H. A. V.; CATANI, A. M. *Percepções de bolsistas ProUni acerca do pertencimento ao ensino superior privado*. Linhas Críticas, v. 20, n. 43, p. 583-603, 2014. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v20i43.4391>.

MIRANDA, J. A. A.; STALLIVIERI, L. *Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil*. Avaliação, v. 22, n. 3, p. 589-613, 2017. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300002>.

MONTEIRO, R. A. C. et al. *Plano Nacional de Educação 2014-2024 e a formação de professores*. Revista Contemporânea de Educação, v. 17, n. 39, 2022.

OLIVEIRA, B. L. C. A. et al. *Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e a qualidade do ensino superior em saúde brasileiro*. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 30, 2022. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5714.3585>.

PAGE, M. J. et al. *A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas*. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 31, n. 2, 2022. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742022000200033>.

PEREIRA, E. M. A.; CARNEIRO, A. M.; GONÇALVES, M. L. *Inovação e avaliação na cultura do ensino superior brasileiro: formação geral interdisciplinar*. Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 20, n. 3, p. 717-739, 2015. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772015000300010>.

PEREIRA, J. E. D. *As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente*. Educação & Sociedade, v. 20, n. 68, p. 85-99, 1999. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300006>.

PINHO, M. J. *Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior*. Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 22, n. 3, p. 658-675, 2017. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300005>.

PIRES, A.; WARGAS, B. M. S. *Acesso ao ensino superior brasileiro: perfil dos ingressantes do programa de inclusão da Unicamp*. Revista Espaço Pedagógico, v. 26, n. 1, p. 158-182, 2018. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <http://dx.doi.org/10.5335/rep.v26i1.8367>.

REAL, G. C. M. *Avaliação e qualidade no ensino superior: os impactos do período 1995-2002*. Educação e Pesquisa, v. 35, n. 3, p. 573-584, 2009. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000300011>.

ROSA, C. C. B. B.; MARTINS, S. A. *Políticas públicas de cotas para ingresso no ensino superior*. Revista Internacional de Educação Superior, v. 7, 2020. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8658414>.

SANTOS, G.; FREITAS, L. O. *Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão*. Argumentum, v. 6, n. 2, p. 182-200, 2014.

SCHLESNER, A. H.; PEREIRA, M. F. R. *Expansão do ensino superior: notas sobre seus limites e possibilidades*. Revista Internacional de Educação Superior, v. 2, n. 3, p. 518-531, 2016. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.22348/riesup.v2i3.7682>.

SECCHI, L. *Ciclo de políticas públicas*. In: Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013. p. 33-60.

SOUZA, C. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, n. 16, p. 20-45, 2006.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. *A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil: aspectos históricos*. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 26, n. 168, 2018.

WAINER, J.; MELGUIZO, T. *Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014*. Educação e Pesquisa, v. 44, n. 1, 2018. Acesso em 10 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201612162807>.

ZUMBLICK, B.; PACHANE, G. G.; VITORINO, B. M. *A expansão do ensino superior no Brasil pelo programa REUNI: democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal?* Poiésis, n. 16, 2015.